



Vol.16 | Número 38 | 2024

Dossiê: Políticas educativas na América Latina e disputas pelo direito à educação

Apresentação

Cibele Maria Lima Rodrigues¹
Givanildo da Silva²
Nora Gluz³

 <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe18097>

Este dossiê intitulado “As políticas educacionais na América Latina e as disputas pelo direito à educação” é produto do trabalho coletivo que temos desenvolvido a partir do Grupo de Trabalho CLACSO Políticas Educacionais e Direito à Educação e a articulação com a área da Educação de UNGS e Estado, políticas públicas e administração do sistema educacional do IICE-UBE, dos Programas de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e o PPGEI, programa da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Fundação Joaquim Nabuco.

O ressurgimento de grupos de ultra-direita na América Latina que acompanha o declínio do Ciclo de Contestação ao Neoliberalismo (CINAL) tornou-se uma preocupação acadêmica diante da urgência de se compreender as condições sociais do fortalecimento dessas forças políticas na região e no mundo. Este é o foco das preocupações teóricas e políticas que acompanharam esta convocatória: explicar as derivas do direito à educação num contexto de disputas hegemônicas que desafiam as categorias através das quais se compreendem os fenômenos que o fundamentam.

¹ Fundação Joaquim Nabuco. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4310-4216>. Contato: cibele.rodrigues@fundaj.gov.br

² Universidade Federal de Alagoas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5490-6690>. Contato: givanildopedufal@gmail.com

³ UNGS y UBA/CONICET. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7578-3335>. Contato: gluzn@yahoo.com.ar .br



Os diferentes trabalhos que compõem o dossiê permitem-nos configurar um cenário educativo no qual estas direitas articulam uma agenda política que aprofunda os processos de privatização e impulsiona renovadas dinâmicas de individuação do social que operam exigindo a ativação e responsabilização dos sujeitos pelas suas posições sociais (Merken, 2013). Sem dúvida, estes processos resultam na dessocialização dos apoios às trajetórias educativas, na despolitização das desigualdades e na legitimação dos processos mais amplos de mercantilização da educação escolar.

Com diferentes nuances, podemos observar a primazia na região de perspectivas neoliberais que articulam uma agenda gerencialista na educação, que ao mesmo tempo se apropria e reduz a preocupação com a aprendizagem à sua lógica mensurável vinculada a projetos neocoloniais que impugnam os avanços dos movimentos sociais latino-americanos que se articulam nas lutas indígenas e feministas. A articulação de grupos políticos e religiosos para contestar os avanços democratizantes no campo da educação, que durante o auge do ciclo progressista possibilitou não só a ampliação do gozo de direitos estabelecidos, mas também a ampliação do campo político ao reconhecer os grupos subalternos como interlocutores políticos legítimos e possibilitar os direitos por eles reivindicados, está sendo brutalmente atacada e suas instituições, em muitos casos, desarticuladas. Nesta aliança, emergem também organizações filantro-capitalistas, através de cujas redes se estabelecem lógicas privatizantes na educação que, de forma menos perceptível, desarticulam os sentidos do direito à educação e estabelecem novos mecanismos de regulação do trabalho docente e estudantil.

O neoliberalismo, enquanto modo de reconstrução do capitalismo à escala global, exige a formação do neo-sujeito e, para tal, os sistemas educativos são submetidos a novos mecanismos de governação dos seus agentes e instituições que ocorrem não sem resistências, como se pode ver na reativação do CINAL em países como o México.

Daí o interesse deste dossiê em articular saberes sobre estas dinâmicas em diferentes escalas, atentando para as recorrências mas também para as suas peculiaridades, considerando o seu impacto na construção de um novo conformismo, de subjectividades neoliberais que desestabilizam as condições para a ação social de grupos vulneráveis; mas também de rebeliões das quais se defendem as conquistas e continuam as lutas pela democratização escolar.

O corpus de trabalhos incluídos neste dossiê apresenta esses cenários, as orientações e os instrumentos políticos através dos quais as novas direitas materializam e estruturam novas formas de governo da população. São processos - sempre inacabados e



em disputa - de legitimação das desigualdades sociais que nos permitem compreender os caminhos sinuosos pelos quais passa a redefinição das concepções do direito à educação na América Latina hoje.

A formação ajustada aos interesses de um capitalismo flexível atravessa as análises apresentadas nos artigos sob diferentes ângulos. As formas de institucionalização legal e organizacional que acompanham a consolidação social de práticas e esquemas de pensamento das direitas, desencadeando uma diversidade de dispositivos para a regulação da atividade estudantil e do trabalho docente, encontram pontos em comum como resultado de uma agenda globalmente estruturada. A dimensão institucional surge como tema central, pois permite compreender como se articulam discursos aparentemente diversos, com objetivos heterodoxos, mas que persistem nas propostas de governos de diferentes signos políticos, contribuindo de uma forma ou de outra para a neoliberalização da educação.

Como mostra o artigo de Nora Gluz e Axel Kesler intitulado *El avance de las nuevas derechas y el cercenamiento de lo común en las políticas educativas argentinas del SXXI*, as dinâmicas de individualização presentes desde os anos 80 e reforçadas com a política social neoliberal estiveram na base destes avanços ao cristalizarem regras, procedimentos e modos de intervenção pública que veiculavam representações estigmatizantes dos setores mais vulneráveis e corroíam a legitimidade das políticas de proteção social que, embora limitadas, tinham possibilitado maiores níveis de igualdade. A recuperação dos princípios meritocráticos, em condições de vida cada vez mais precárias, a invisibilidade das condicionantes políticas e econômicas das desigualdades e a desarticulação dos apoios sociais à integração deterioraram os laços de solidariedade e contribuíram para a competição como dinâmica de sociabilidade.

A competição como dinâmica central da política educativa foi imposta através de avaliações padronizadas, numa variedade de acordos com organizações que persistem mesmo quando os governos tentam mudar o rumo político. O trabalho de María Guadalupe Olivier Téllez, *Ensino superior no México, neoliberalismo e processo de transição*, mostra as dificuldades enfrentadas ao tentar transformar este tipo de instituições sustentadas por quatro décadas de política neoliberal, criadas sob o predomínio de abordagens tecnocráticas, produtivistas e meritocráticas que se impõem com particular intensidade no mundo acadêmico. A estas dinâmicas junta-se o crescimento do sector privado a este nível, em resultado das anteriores políticas de desregulação, que criaram uma oferta prolífera - ainda que fragmentada - que concorre com o setor público. Estes poderosos fatores condicionantes limitam o alcance das políticas progressistas do governo AMLO.



Algo similar pode ser observado no artigo coletivo de Gabriela Walder, Rodolfo Elías, Ana Gabriela Portillo Martínez e Angeles Ferreira Ferreira que, em *El plan es no tener Plan : un análisis de la vigencia de los planes educativos en Paraguay*, analisam as fortes continuidades nos planos e programas educativos apresentados nos últimos anos e que orientam as decisões sobre as políticas educativas no seu país. Embora o plano elaborado pelo presidente Lugo pretendesse ser democrático, descentralizado, participativo, aberto e intercultural, considerando a educação como um bem público e um direito humano fundamental, não conseguiu erradicar as propostas centradas na qualidade e não conseguiu implantar um processo verdadeiramente participativo. Com base nestas dúvidas e princípios convergentes, os novos partidos de direita conseguiram avançar com propostas de padronização da qualidade e com lógicas punitivistas que procuram silenciar os protestos de professores e estudantes. O que é novo nos países que estão vivenciando um giro à direita, depois de governos progressistas, são as alianças com grupos anti-direitos, como certas igrejas evangélicas, que usam o seu poder de veto nas legislaturas para impedir planos que visam ampliar direitos, juntamente com setores empresariais.

O papel central que os setores empresariais desempenham na expansão de uma nova ética da competição é o foco do artigo *A atuação da Fundação Lemann nos processos de privatização da educação*, escrito por Ingrid Barbosa, Gleyce Kelly dos Santos Leão e Cibele Maria Lima Rodrigues. Por meio de um panorama das diferentes propostas, destacam os mecanismos pelos quais constroem, difundem e legitimam a lógica filantro-capitalista, como influenciam as políticas públicas, transcendendo a gestão política e estabelecendo uma perspectiva neofuncionalista da ordem social por meio de um sistema de incentivos e recompensas.

As novas direitas, recuperando inclusive projetos promovidos por forças políticas progressistas, inscrevem as intervenções dos grupos mais vulneráveis na lógica da competitividade. É o caso das políticas de tempo integral que dominaram as reformas dos últimos cinco anos, como mostra o trabalho de Sarah Porto da Paixão Barbosa Pereira, Edilange Batista Galvão, Rachel Costa de Azevedo Mello para diferentes casos nacionais (Argentina, Brasil, Chile, México e Venezuela). Em *Convergências e divergências das políticas e programas de educação integral no Brasil e na América Latina: uma narrativa histórica*, elas apresentam o que outros trabalhos também mostram, como se estabelece uma preocupação produtivista com a aprendizagem que é apresentada como o reverso dos processos de ampliação de direitos e tem sido promovida pela direita como forma de questionar a entrada de novos públicos escolares.



Estas perspectivas hegemônicas estabeleceram um senso comum que persiste nos coletivos de professores mesmo quando as políticas confrontam os projetos neoliberais. Daí a relevância dos estudos subnacionais para compreender os alcances e limites das políticas de democratização em territórios específicos. Compreender os processos de implementação e as recontextualizações pelas quais passam as políticas em países com governos federais requer, entre outras coisas, a reconstrução do quadro político que, como apresentam Alex Vieira da Silva e Inalda Maria dos Santos, torna os desafios pendentes complexos devido às articulações federativas dos recursos que requerem. No artigo *Os desafios na implementação da política de educação em tempo integral no estado de Alagoas*, analisam a trajetória da política no município de Alagoas, Brasil e como as dívidas em termos de formação de professores, equipamentos e infra-estruturas pedagógicas, na diversificação de propostas educativas que vão para além do desempenho dos alunos, são, entre outros, elementos centrais que ainda condicionam a melhoria das trajetórias e o envolvimento dos alunos.

Francisco Hélio de Oliveira Rodrigues e Allan Solano Souza, autores responsáveis pelo artigo *Responsabilidade educacional na Câmara dos Deputados e no Senado Federal: o que está em disputa?* A pesquisa analisa os projetos de lei de responsabilidade educacional em disputa no Brasil, cujo trânsito ocorre na Câmara dos Deputados e no Senado. Essas iniciativas emergem como possibilidades para responder aos problemas do sistema educacional, cada vez mais afetado pelas desigualdades socioeconômicas e regionais. Como resultados, a pesquisa demonstra que os projetos apresentam abordagens divergentes sobre a qualidade do sistema educacional e a responsabilização de gestores e educadores, refletindo a complexidade de se garantir educação pública de qualidade no Brasil.

Os dilemas da profissão docente, resultantes da complexa arena social, geram a precarização do trabalho e dificultam as múltiplas ações que são exigidas pela função. O contexto global do neoliberalismo e as disputas que são travadas no cenário local são dimensões que influenciam o trabalho docente e repercute no modelo de educação vivenciado. No artigo *As condições do trabalho docente em contextos de disputas*, de autoria de Givanildo da Silva, Eva Pauliana da Silva Gomes e Vânia Silva de Oliveira Cordeiro, analisam as condições do trabalho docente em tempos de pandemia na rede pública municipal de educação de Maceió, Alagoas, Brasil. A pesquisa apresenta que os profissionais da educação estiveram inseridos em um contexto de intensificação do trabalho e suas atividades foram permeadas por problemáticas educacionais, em decorrência da



falta de estruturas tecnológicas para o desenvolvimento das práticas educativas, em um contexto de desigualdades sociais.

Na mesma perspectiva se apresente o artigo intitulado *Direito à educação e desigualdades: efeitos estruturais e escolares durante a pandemia da covid-19 no Brasil* autoria Alexandre William Barbosa Duarte e Dalila Andrade de Oliveira. Este artigo analisa os efeitos da pandemia da covid-19 sobre o direito à educação no Brasil e a reprodução das desigualdades educacionais. O estudo conclui que a interseção dos efeitos estruturais e escolares afetou de forma desigual os grupos sociais, e desfavoreceu, de modo mais profundo, a população negra de baixa renda.

Esperamos que as pesquisas que compõem este dossiê possam contribuir com a análise das disputas que estão em vigor no cenário da América Latina e despertem novas inquietações para descobertas que ampliem o horizonte sobre o neoliberalismo e as disputas no âmbito da educação.

Os organizadores

